

RESUMO - TEMA GERAL 1 - MONUMENTOS E SÍTIOS - SUBTEMAS:
FORTIFICAÇÕES E PATRIMÔNIO MILITAR, PATRIMÔNIO RELIGIOSO,
PATRIMÔNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO, PATRIMÔNIO DO SÉCULO 20,
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, ARQUITETURA VERNACULAR, PATRIMÔNIO
POLAR, ARTE RUPESTRE.

O BAGAÇO DA LARANJA: PROCESSO DE (SUB)URBANIZAÇÃO E SEU IMPACTO NO PATRIMÔNIO VERNACULAR EM CAMPO GRANDE

Eliza Camello Lago De Souza (elizalago@id.uff.br)

José Simões De Belmont Pessôa (jsbpessoa@id.uff.br)

Localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Campo Grande apresenta uma população maior que 300 mil habitantes, sendo então o bairro mais populoso não só da cidade, como também do Brasil. Essa é uma característica recente já que o crescimento da população se deu de forma vertiginosa, principalmente nas últimas décadas do século XX, em contraste com a história do bairro de caráter rural desde o início da sua ocupação no século XVII, até a década de 1960. Destacadamente, o sucesso da produção de laranja nas primeiras décadas do século XX fez o bairro ser conhecido como citrolândia e a capital rural do Rio de Janeiro, incluso no panorama da Zona Oeste, também referenciada à época como sertão carioca.

É possível identificar o processo de “urbanização” do bairro a partir de alguns fatores, como a implantação da estação de trem e das linhas de bonde, abertura da Avenida Brasil, a implementação de um polo industrial, e mais recentemente, a construção de shoppings, de forma que, nessa trajetória, Campo Grande muda a sua vocação para a atividade comercial, sendo uma

centralidade não só na Zona Oeste, como também em municípios vizinhos. A problemática se constrói pois o centro comercial se sobrepõe ao núcleo histórico do bairro, e num primeiro olhar, o que se destaca nesse recorte, são as consequências do crescimento desordenado, o comércio ainda em expansão, além dos novos empreendimentos imobiliários, sendo difícil encontrar uma arquitetura que reflita a história do bairro, representante principalmente das formas de habitar no início do século XX.

Identificando o crescimento populacional e a consequente expansão urbana desordenada e sem planejamento como os principais responsáveis pelo apagamento do patrimônio em estudo, faz-se necessário entender os agentes formadores da cidade que priorizam algumas áreas em detrimento de outras, segregando os grupos sociais no espaço e gerando um processo de periferização não só geográfico mas também relacionado ao consumo de bens e serviços. Dessa forma, o que é produzido socialmente por toda a cidade, é investido em áreas específicas privilegiadas pelo poder público, que nega o direito à cidade aos suburbanos. Esse direito vai além da oferta de infraestrutura, tocando também questões culturais, como os esforços de identificação e proteção do patrimônio, que no caso de Campo Grande, é invisibilizado tanto por sua localização periférica como também por sua característica vernacular.